



Novo imposto sobre as fortunas teria mais riscos que vantagens

Para os especialistas ouvidos pelo Diário Económico, a nova taxa de 4% proposta por Miguel Cadilhe poderia levar à fuga de capitais.

Paula Cravina de Sousa
e Lígia Simões
paula.cravina@economico.pt

A proposta do ex-ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, para criar mais um imposto sobre a riqueza da economia será de difícil aplicação e controlo, além de poder levar à fuga de capitais. Esta é a opinião dos especialistas ouvidos pelo Diário Económico, que criticam ainda o facto de ser mais uma fonte de agravamento da carga fiscal para os contribuintes.

Miguel Cadilhe propôs na passada terça-feira, numa conferência no Parlamento, um imposto extraordinário de 4% sobre a riqueza líquida de toda a economia, sendo que a receita gerada serviria para abater à dívida pública. O imposto seria aplicado ao património - entre imóveis, acções, depósitos, entre outros - e dirigido aos rendimentos mais altos. Questionado pelo Diário Económico, o Ministério das Finanças prefere não fazer comentários sobre se esta proposta está a ser equacionada no âmbito do Orçamento do Estado para 2013.

Recorde-se que o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, afirmou em Março que não são necessárias novas medidas de austeridade. Por outro lado, este ano foi já aplicada a chamada taxa de solidariedade sobre os rendimentos a partir de 153,3 mil euros por ano, o que elevou a taxa máxima de IRS de 46,5%, para os 49%. As empresas também sofreram o impacto de uma taxa semelhante, mas de 3%. Além disso, o Orçamento do Estado deste ano aumentou também a taxa liberatória aplicada a depósitos, dividendos e mais-valias para 25%. Mas para Miguel Cadilhe tudo isso são impostos sobre rendimento e fluxos de riqueza. "O que proponho é um imposto extraordinário sobre 'stocks' (activos menos passivos). A base de incidência é completamente distinta", defendeu ao Diário Económico.

No entanto, para os especialistas há aspectos que têm de ser clarificados e, se há algumas vantagens, a sua aplicação encerra muitos riscos. O ex-ministro das Finanças Bagão Félix, afirma não simpatizar com soluções que impliquem um aumento da carga fiscal, sendo que "o esforço deve ser sempre do lado da despesa e o percurso fiscal deverá ser o de ter menos impostos, até como forma de incentivar o crescimento". No entanto, reconhece que a medida tem "o mérito de agitar o 'status quo' e de fazer pensar em novas soluções, além de introduzir alguma lógica de equidade fiscal, porque se aplicaria àqueles que têm rendimentos mais elevados". Neste sentido, Miguel Cadilhe explicou que esta taxa teria de prever uma "isenção de base que deveria retirar da alçada do imposto, por exemplo, uma família média com casa própria que não seria apanhada por este imposto a aplicar de uma só vez".

Mas para Bagão Félix há ris-



O **conselheiro de Estado, Bação Félix**, afirma não simpatizar "com soluções que envolvam o agravamento da carga fiscal". "O esforço deve vir do lado da despesa".



O **ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sérgio Vasques**, acredita que a medida "terá dificuldades de controlo grandes" e que as soluções deverão ser tomadas a nível de Bruxelas.



Para o **ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Valdez**, "Portugal já tem impostos a mais". Uma medida destas deve ser aplicada apenas a rendimentos muito elevados.

cos que têm de ser considerados. O conselheiro de Estado afirma que há que acautelar situações em que as pessoas têm património, mas não têm rendimento: "Uma coisa é ter património outra é esse património gerar rendimento", explicou.

Outro dos factores a ter em conta é a fuga de capitais. "Uma medida destas teria de ser tomada de um dia para o outro, o que em termos práticos não é possível", continua Bagão. Por outro lado, este tipo de medida "beneficia o infractor, já que quem tem património em offshores não seria atingido pelo imposto, mas sim aqueles que cumpriram as suas obrigações e registaram os bens".

Já o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Valdez, considera que "Portugal já tem impostos a mais" e que "tudo acaba na classe média e essa já está exaurida". "Uma solução deste tipo seria de uma violência sem nome, numa altura em que as pessoas têm dificuldades até para pagar o IMI".

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sérgio Vasques, também não vê a proposta com bons olhos e adverte que "há que perceber se existe base para suportar mais um imposto" e que a solução "teria grandes dificuldades de controlo". Por outro lado, no actual momento de crise que a Europa atravessa, as soluções "deverão passar muito mais por Bruxelas do que por medidas unilaterais de cada Estado-membro".

Para o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, a proposta tem o mérito de "de tentar encontrar soluções alternativas à tributação sobre o rendimento para equilibrar as contas públicas". "A classe média é que suporta a maior parte da carga fiscal e os ricos têm ficado de fora, pelo que um imposto novo deveria ser canalizado para estes contribuintes". Domingues Azevedo sugere que seja reintroduzido "o imposto sobre sucessões e doações", por exemplo. ■

PRÓS E CONTRAS DE UM NOVO IMPOSTO



Vantagens

Trata-se de um esforço para repartir o esforço da consolidação orçamental.

Tem o mérito de lançar a discussão para se encontrarem novas soluções.

Leva a que seja considerada a tributação de outras fontes de rendimento, que não a do trabalho, para equilibrar as contas públicas.



Desvantagens

A carga fiscal em Portugal é já demasiado elevada, tanto para as famílias como para as empresas.

Há o risco da fuga de capitais.

Será muito difícil fazer um levantamento dos bens patrimoniais dos contribuintes. Será de difícil controlo.

Há contribuintes que têm património, mas não têm rendimentos.

A medida beneficia o infractor, uma vez que não toca no património em offshores.

As soluções apresentadas unilateralmente pelos Estados-membro têm um alcance limitado nesta altura de crise. As propostas devem ser concertadas na Comissão Europeia.

Miguel Cadilhe, ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva, defende a aplicação de um novo imposto de 4% sobre a riqueza dos portugueses.

ENTREVISTA MIGUEL

"Taxa equiva-

Proposta é justificada com condições actuais de "severo dano social".

Lígia Simões

ligia.simoeseconomico.pt

Um ano depois, Miguel Cadilhe volta a defender a aplicação de um imposto de 4% sobre a riqueza dos portugueses, que designa como taxa solidária. O encaixe deste imposto deveria ser aplicado na amortização da dívida pública, defende o ex-ministro das Finanças.

O que visa a sua proposta de criação de taxa solidária sobre a riqueza, nomeadamente qual o objectivo?

Visa dois objectivos essenciais. Primeiro, tornar mais justa a distribuição de sacrifícios, tributando quem mais tem e isentando as pessoas de menores posses. Segundo, arrecadar receita extraordinária que permita reduzir



CADILHE Ex-ministro das Finanças

a dois anos de cobrança do IRS”

a dívida pública, mediante uma amortização extraordinária. A ideia quando a lancei era para o ano de 2011. Pode ser em qualquer altura, questão é que haja lei da Assembleia da República, obviamente por proposta do Governo.

Sobre que tipo de bens recairia e que tipo de contribuintes?

Incidiria sobre todos os activos deduzidos de passivos, acima de certa dimensão, sendo esta determinada pela chamada isenção de base. E abrangeria todas as pessoas singulares e colectivas, estas e aquelas desde que não isentas, e evitando a dupla tributação. A receita deveria dar para reduzir a dívida pública em 10 a 15 pontos percentuais do PIB, dependendo das definições da lei

Não considera ser difícil aferir a riqueza líquida de cada um?

Há sempre dificuldades operacionais, ainda para mais num imposto ‘sui generis’, único, de

uma só vez, irrepetível, incidente sobre o património, como é este. Mas acredito na capacidade da administração fiscal e no potenciamento das novas tecnologias e dos outros meios à disposição. E acredito igualmente na força de um apelo nacional dirigido ao dever ético, para além do dever de lei, dever de da parte de quem vive bem e em paz social perante quem suporta maiores sacrifícios, que é a maioria da população.

Qual é a base de isenção para as famílias e empresas?

Deverá ser relativamente elevada. Por exemplo, uma família que viva do seu trabalho e tenha a sua casa deverá ficar isenta. Uma pequena empresa, de pequenos capitais próprios, poderá ficar isenta. Mas é matéria a definir pelos políticos assistidos pelos técnicos.

Considera comportável um novo aumento da carga fiscal?

O ‘one shot’ é um pico, uma erupção extraordinária da carga fiscal, após isso ela regressa ao seu nível que consideraria excessivo se estivéssemos noutra contexto. Sempre defendi que devíamos baixar a carga e o esforço fiscal. Mas agora estamos em condições anormalíssimas, de severo dano social. Quanto à dimensão, o ‘one shot’ é muito maior, está noutra escala, equivale a dois anos inteiros de cobrança do IRS.

Como reage às objecções que são colocadas à sua proposta?

São objecções compreensíveis, algumas são de perplexidade, outras são de preconceito, outras são de desconhecimento ou confusão. Reajo com naturalidade. Bem vê, o ‘one shot’ que proponho não é uma ideia simpática. Confesso que ela esbarra no que é a minha postura em matéria de política económica de sempre, só que o sempre do passado não é o presente, muito longe disso. ■